

PLANO DE DESARMAMENTO E PLANO DE PAZ



N.S.



CLIMÁXIMO



PLANO DE DESARMAMENTO E PLANO DE PAZ

Publicação: Fevereiro 2025

Textos: CLIMÁXIMO

Ilustrações: Nuno Saraiva

Design: Carolina Borges Sacoto

Plano completo, referências e leituras
extra em www.climaximo.pt/plano/

INTRODUÇÃO

A cada ano que passa batemos novos recordes: o ano mais quente de sempre, o ano com mais emissões de gases com efeito de estufa de sempre. Dizem que a crise climática se manifesta como uma sucessão de desastres observados no ecrã do teu telemóvel, com imagens que se aproximam cada vez mais de onde vives, até seres tu próprio quem está a filmá-las. Olhando para as catástrofes dos últimos meses o que vemos não apenas parece um cenário de guerra: é um verdadeiro cenário de guerra. Há décadas que os governos e empresas sabem que continuar a queimar combustíveis fósseis significa a morte e a miséria de milhões, mas continuam a colocar deliberadamente gasolina nas chamas, só para enriquecerem. No momento em que vivemos, cada tentativa dos governos e empresas do aumento de emissões corresponde à tentativa, não negociável, de produzir e detonar novas armas. Cada ano que passa sem o corte de 10% das emissões em Portugal é um ano em que enviamos milhões de pessoas para morrerem em campos de concentração. Cada dia em que não os travamos e desativamos as suas armas de aniquilação, é mais um dia sem paz.

Para-los precisamos de compreender as diferentes frentes dos ataques, porque é que estes persistem mesmo face ao descontentamento popular e quais as fontes destes ataques. Ao mesmo tempo,

numa sociedade completamente viciada em combustíveis fósseis, onde nos dizem que sem estes voltaremos para a idade da pedra, para além de parar os ataques contra a nossa vida precisamos de saber quais as alternativas realistas e executáveis que podemos implementar para respondermos às verdadeiras necessidades das pessoas e aumentarmos a nossa resiliência face à crise climática que já estamos a enfrentar.

O Plano de Desarmamento e o Plano de Paz é um plano realista com o objetivo de travar o colapso social e ecológico. Este expõe todos os ataques feitos contra as pessoas comuns e a vida. Este agrega igualmente propostas formuladas e discutidas ao longo das últimas décadas por movimentos sociais, académicos, sindicatos e técnicos, sobre como podemos sair desta guerra e construir paz. Várias destas medidas foram igualmente discutidas e trabalhadas em assembleias populares.

Este é um plano vivo, em constante construção através do debate entre as pessoas comuns, respeitando os limites da ciência e do planeta e promovendo a justiça social. Atualmente esta é a única alternativa honesta e realista que conhecemos em Portugal para resolver a crise climática.

Este plano é dividido em 3 fases.

0.1. PLANO DE DESARMAMENTO: PARAR A PROLIFERAÇÃO

Este é o primeiro passo. Tratam-se de medidas que podem, e têm, de ser tomadas hoje e que travam o aumento de emissões, expansão da indústria fóssil e das suas armas.

Assim, algumas das medidas incluem parar todos os novos projetos de morte (aeroportos, novos gasodutos,...), todo o consumo supérfluo e de luxo e cancelar todos os investimentos em combustíveis fósseis.

0.2. PLANO DE DESARMAMENTO: DESATIVAR TODAS AS ARMAS

Após travar o aumento de emissões, é preciso cortar emissões. Isto implica desativar todas as infraestruturas emissoras e ativar uma transição justa, compatível com os limites da vida e prazos da ciência.

Tal implica um processo de transformação industrial e laboral em larga escala, passando a estar no centro da sociedade a vida, ao invés do lucro.

0.3. PLANO DE PAZ

Depois de travar a guerra será necessário reconstruir a sociedade. O plano de paz apresenta linhas orientadoras sobre democracia, justiça social, regeneração de ecossistemas e da sociedade.

Fala do que faremos e como isso será construído entre as pessoas, através de democracia direta.

01. PLANO DE DESARMAMENTO: PARAR A PROLIFERAÇÃO





01. PLANO DE DESARMAMENTO: PARAR A PROLIFERAÇÃO

1.1.

NEM MAIS UM PROJETO QUE AUMENTE EMISSÕES DE GASES COM EFEITO DE ESTUFA

Cancelar imediatamente qualquer projeto que aumente emissões de grande escala em Portugal, incluindo a expansão da rede de gasodutos, a construção do novo aeroporto bem como expansões portuárias e aeroportuárias, e instituir uma moratória que proíbe projetos futuros desta natureza. Não permitir a transferência das emissões de Portugal para outros países através de novos projetos de extração e exploração de combustíveis fósseis.



1.2.

FIM A TODOS OS INVESTIMENTOS PÚBLICOS EM FÓSSEIS

O dinheiro público tem de deixar de ser usado para financiar o colapso social e climático. Atualmente o estado português gasta 3.3 milhões de euros por dia em subsídios para os combustíveis fósseis.

Este investimento tem de ser transferido diretamente e imediatamente para travar a crise climática.

1.3.

FIM ÀS EMISSÕES DE LUXO

Parar o uso de jatos privados, carros de luxo, e iates. Todo o luxo presente em atividades de altas emissões constitui uma tentativa de acentuar a desigualdade na raiz da crise climática.



1.4.

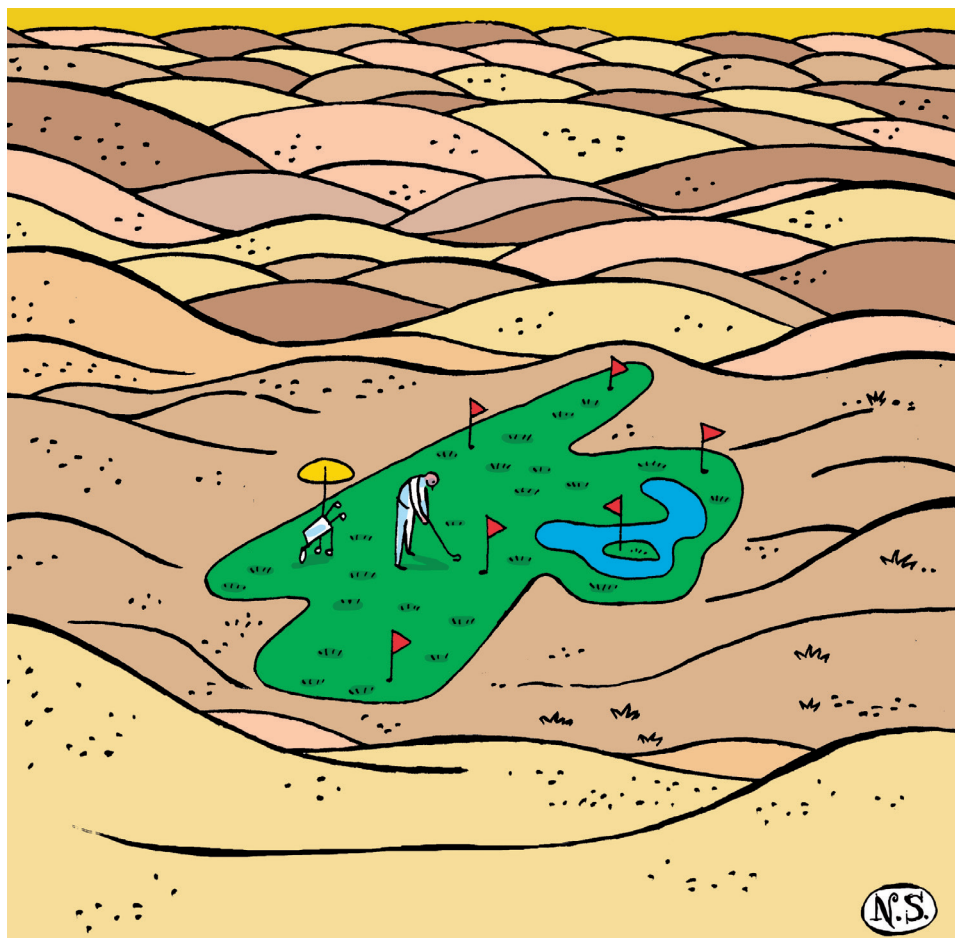
FIM AO CONSUMO DESNECESSÁRIO

Parar imediatamente consumos sem utilidade social e com um grande impacto a nível de emissões, desperdício de água doce e destruição de territórios e ecossistemas, como os cruzeiros, “brindes” inúteis, campos de golfe e os voos Lisboa-Porto.

1.5.

PARAR OS DESPEJOS E AS DEPORTAÇÕES

Todas as pessoas têm um direito inegável à habitação e à terra – que são uma condição básica de sobrevivência. Retirar pessoas de onde estão a viver, seja através de despejos ou de deportações, é um ato contra a vida.



1.6.

POLÍTICA LIVRE DE FÓSSEIS

Exclusão imediata das empresas, CEOs e acionistas que lucram a partir dos combustíveis fósseis, dos processos políticos e de políticas públicas.

1.7.

ESPAÇO PÚBLICO LIVRE DE FÓSSEIS

Parar toda a publicidade e patrocínios que legitimam o mercado fóssil em todos os espaços públicos, como a televisão, rádio, redes sociais, escolas e faculdades, ruas e estradas, nos concertos, teatros, museus e estádios de futebol.

1.8.

DIZER A VERDADE: HONESTIDADE SOBRE O ESTADO DE CRISE CLIMÁTICA

Todas as instituições têm de entrar em modo de emergência climática, tendo como foco central travar a crise climática.

1.1.

NEM MAIS UM PROJETO QUE AUMENTE EMISSÕES DE GASES COM EFEITO DE ESTUFA

Existem reservas conhecidas de combustíveis fósseis para nos levar a **um planeta 6 a 9 °C mais quente**. Em particular, o Ártico ficará 17°C acima da temperatura atual. Destas reservas, apenas queimar as que já estão em exploração, **levar-nos-á para além dos 2°C**, mesmo se não houver qualquer novo projeto.

Nós estamos neste momento com 1.2°C de aquecimento, e os cientistas climáticos estão a falar de **termos entrado num território desconhecido**. A linha vermelha por um planeta habitável seria encerrar pelo menos 60% das infraestruturas de combustíveis fósseis existentes a nível global.

Sabendo disso, as empresas multinacionais (como **Total, ENI, Equinor, BP, Shell, Petrobras e também a Galp**) continuam a investir mais e mais dinheiro em combustíveis fósseis. A mesma história é válida no caso de **aviação, automóveis e pecuária**.

Uma coisa é ter uma fábrica de armas nucleares aberta e funcional, a mandar bombas regularmente. Outra é inaugurar novas fábricas de armas nucleares. Os novos projetos são o sinal mais óbvio dado pelos governos e as empresas: a destruição planetária é um ato deliberado e coordenado.

Em concreto, **em Portugal, esta medida implica o cancelamento e proibição de:**

→ **Expansão do terminal de gás fóssil liquefeito em Sines:** Os planos de tornar Portugal numa das principais portas de entrada de gás fóssil para a Europa têm de ser travados;

→ **Construção e ampliação de aeroportos:** É necessário um decrescimento em mais de 90% da aviação, por isso é inútil a expansão do aeroporto de Lisboa e/ou a deslocação deste para outro local, assim como a construção de novos aeroportos;

→ **Construção e ampliação de gasodutos:** Neste momento há planos para construção de um novo gasoduto de Celorico da Beira até Zamora. Os gasodutos de hidrogénio são uma mentira descarada. Por um lado, todos os gasodutos atuais em Portugal (que deviam estar a ser desmantelados) transportam, por questões técnicas, no máximo 10% de hidrogénio. Resta 90% do espaço, ocupado necessariamente por gás fóssil, um dos principais contribuintes para a crise climática. Por outro, não há vantagens técnicas no transporte de hidrogénio por longas distâncias.

→ **Expansão da agricultura intensiva com mão-de-obra escrava no Sudoeste Alentejano:** É necessário parar imediatamente a exploração e escravatura, tal como a expansão de monoculturas com uso intensivo de insumos externos;

→ **Expansão de monoculturas de eucaliptos:** A indústria do papel é responsável por grandes quantidades de emissões – sendo a Navigator a empresa que mais emite em Portugal –, e pela destruição da floresta biodiversa. Novas plantações de eucaliptos equivalem a novas bombas relógios colocadas pela indústria do papel, que, quando explodem, matam centenas de pessoas, queimam casas e libertam ainda mais CO₂;

→ **Construção de novas centrais de produção de energia através de biomassa:** Os projetos de biomassa baseiam-se na ideia de que plantar e destruir florestas é uma alternativa viável a cortar emissões. Não é! As florestas são importantes sumidouros de CO₂ e cumprem várias funções essenciais à sustentabilidade dos ecossistemas;

→ **Construção de novas autoestradas:** Representam o vício criado pelas empresas fósseis e de automóveis. Elas são caras, implicam mais material, igualmente emissor, e desviam financiamento público da manutenção e crescimento da ferrovia, bem como de outros projetos de transporte coletivo movido a energias renováveis;

→ Exploração de minérios em mar profundo em águas territoriais e internacionais;

→ **Contratos atuais de exploração de lítio (e outros minerais) em Portugal:** Estes contratos fazem parte de um plano de expansão energética, empiricamente visível em Portugal e pelo resto do mundo. Rejeitamos uma discussão abstrata sobre lítio.

Só depois do cancelamento destes contratos é que estamos dispostas a falar sobre o lítio como algo estratégico para políticas energéticas – através de democracia energética que garante que as decisões são tomadas pelas pessoas das comunidades locais, tendo em consideração o que são as necessidades reais e quais são as alternativas existentes. Os contratos atuais assinados não referem qualquer substituição efetiva de carros a combustão nem qualquer outra transição – assim, não só não cortarão emissões como irão aumentar o consumo desnecessário. O lítio (e os outros minerais) vão ser extraídos para serem vendidos no mercado. Neste momento a venda de carros elétricos está a aumentar, mas os SUVs também. O que está a acontecer é um aumento de carros em trânsito – o que não é nenhuma transição. Se as empresas ganharem o conflito, apenas está garantido que se vão vender mais carros elétricos (e mais telemóveis). Isto não é uma política climática. É um negócio de extração de recursos naturais.

→ **Expansão de extração de combustíveis fósseis de empresas portuguesas em qualquer território:**

Apesar do movimento climático ter ganho a batalha contra a exploração de combustíveis fósseis em Portugal, hoje a Galp tem projetos de novas explorações de combustíveis fósseis no Sul Global, nomeadamente em Moçambique, Angola e Brasil. Adicionalmente a Mota-Engil tem estado, muitas vezes, envolvida na construção destas infraestruturas.



1.2.

FIM A TODOS OS INVESTIMENTOS PÚBLICOS EM FÓSSEIS

Cada euro dado aos combustíveis fósseis é um euro roubado à transição justa. E quando dizemos “cada euro”, na verdade estamos a falar de um apoio estatal de 13 milhões de euros por minuto (sendo 7 biliões de euros por ano) a nível global.

Os subsídios fósseis estão a aumentar. Isto é: os governos, sabendo da emergência climática, estão a dar ainda mais dinheiro ao colapso civilizacional.

Ao mesmo tempo, os 60 maiores bancos mundiais financiaram os combustíveis fósseis por 5,5 mil milhões de milhões de dólares desde a assinatura do Acordo de Paris. A mesma história aplica-se à aviação, à agricultura industrial, à mobilidade e ao aparelho militar. E tudo que se diz sobre os governos mundiais sobre este caso aplica-se, letra por letra, ao Estado Português.

Isto é uma situação reveladora: **se as empresas e os bancos falam da transição como uma abstração enquanto põem mais lenha no fogo, qual seria uma reação adequada?** Se os

governos assinam papéis sobre o clima, mas simultaneamente dão dinheiro a quem põe fogo na nossa casa, isto deixa de ser crime por inação: já se torna crime premeditado e coordenado.

Só em 2022 deram 669 mil milhões de dólares à indústria fóssil.

Numa sociedade sensata, tudo isto devia ter acabado há décadas. Nomeadamente,

- **Fundos públicos de “transição justa” a serem dirigidos para as empresas fósseis;**
- Subsídios indiretos anuais à Galp e outras empresas de energia;
- Isenções fiscais aos transportes aéreo, por terra e marítimo;
- Benesses no uso de combustíveis fósseis em processos industriais;
- Subsídios à produção de energia a partir de gás fóssil;
- Apoios à agricultura, pecuária e à pesca praticadas de forma insustentável;
- As Parcerias Público-Privadas nas autoestradas que, para além de receberem rendas públicas, comprometem planos para a mobilidade de que precisamos.

Adicionalmente, é necessário cortar o apoio financeiro à NATO com o fim de dismantelar a indústria bélica – sendo uma das mais poluentes, para além de responsável por ataques contra a Humanidade.

Este dinheiro tem de estar ao serviço da paz: ao serviço da transição energética, democracia energética e serviços públicos.



1.3.

FIM ÀS EMISSÕES DE LUXO

Os bilionários emitem um milhão de vezes mais do que uma pessoa média. Isto não acontece porque comem um milhão de pastéis de nata por dia e não reciclam o alumínio. Acontece, sim, porque têm uma economia de luxo montada exclusivamente à volta deles, completamente desconectada da esmagadora maioria da população: são 90% do mundo inteiro versus 125 indivíduos.

A ONU aponta que os ultra-ricos têm de cortar mais de 97% das suas emissões, mas o consumo de luxo nunca esteve tão alto. Eles sabem o que estão a fazer: uma viagem de jato privado entre Londres e Nova Iorque emite mais CO₂eq do que uma família portuguesa num ano inteiro.

No momento histórico em que nos encontramos, cada viagem de jato ou super-iate pode facilmente ser classificada como um míssil atirado aos pobres aleatórios pelo mundo inteiro. O uso dos produtos de ultra-luxo deve ser criminalizado, de acordo com criminologistas. Mas, na verdade, está a aumentar e a bater novos recordes.

É simples: abolição do uso de jato privados, carros de luxo e iate

**É simples:
abolição do
uso de jatos
privados,
carros de
luxo e iates.**

1.4.

FIM AO CONSUMO DESNECESSÁRIO

O estilo de vida afluente da classe média no Norte Global foi criado à imagem dos ultra-ricos: consumismo à procura de felicidade. Com isso, os 10% mais ricos produzem metade das emissões de CO₂, a nível global e também dentro de um país.

O incentivo e manutenção de consumos de altas emissões desnecessários constitui uma tentativa ativa de estabelecer uma sociedade viciada na sua destruição.

Têm de acabar:

- **Voos de curta distância** (ex. Lisboa-Porto) que têm já hoje múltiplas ligações de ferrovia.
- **Viagens de cruzeiro** que emitem tanto como 1 milhão de carros.
- **Campos de golfe**, que ameaçam hoje o acesso à água potável e acesso a água para agricultura.
- **Empreendimentos turísticos de luxo** com altos consumos de água e energia, ou associados à destruição de ecossistemas e zonas protegidas (ex: destruição das dunas no Alentejo litoral Norte).
- Produção de plásticos de uso único não essenciais;
- **Carros SUV**, que todos os anos, emitem 700 megatoneladas de CO₂, aproximadamente o total de emissões do Reino Unido e dos Países Baixos juntos.
Se todos os condutores de SUV se juntassem para formar o seu próprio país, este seria o sexto maior emissor do mundo.

1.5.

PARAR OS DESPEJOS E AS DEPORTAÇÕES

Viver em crise climática é viver em convulsões ambientais, políticas e sociais. **Expulsar as pessoas das suas casas, das suas comunidades ou de onde moram é colocá-las no meio das cheias, ondas de calor, conflitos sociais e precariedade.**

É preciso acabar com os despejos, as desocupações e as demolições sem alternativa de habitação digna que preserve o agregado familiar na sua área de residência. (Consulta Stop Despejos para mais informações sobre a luta para parar os despejos em Portugal.)

Do mesmo modo, numa altura em que há dezenas de milhões de pessoas refugiadas climáticas, e sabendo que este número aumentará para mil milhões antes de 2050, é necessário parar as deportações. Deportar pessoas é condená-las às condições sociais, económicas, políticas ou climáticas de que escaparam, é condená-las à falta de habitação, à fome, à sede, a violações, à separação das suas famílias, e, em muitos casos, à morte.

Uma linha principal de adaptação à crise climática é garantir casa e documentos para todas as pessoas.

1.6.

POLÍTICA LIVRE DE FÓSSEIS

As empresas de combustíveis fósseis sabem há décadas o impacto da sua atividade. A sua escolha é criar contra-informação e bloquear as alternativas necessárias. Estas estão diariamente a dirigir os processos políticos e a interferir com as políticas públicas.

- A oligarquia dos combustíveis fósseis não pode ter lugar à mesa na hora de desenhar políticas públicas, como o caso da Jamila Madeira.
- Decisores políticos não podem ter um passado de cumplicidade com a indústria fóssil – como foi o caso do ministro da economia, António Costa Silva.
- O lobby – formal e informal – tem de ser transparente em Portugal e não pode permitir o lobby das indústrias e empresas culpadas pela crise climática.



1.7.

ESPAÇO PÚBLICO LIVRE DE FÓSSEIS

Permitiríamos que a gestão dum campo de concentração divulgasse a sua “marca” no espaço público? Então porque é que aceitamos publicidade das empresas que colocam 90% do seu investimento em combustíveis fósseis?

Não podemos permitir às empresas de energia fóssil, aviação, automóveis, indústria agropecuária ou turismo qualquer legitimidade social quando elas sabiam, sabem e alimentam o atual contexto de colapso climático. Portanto, toda a sua publicidade deve ser removida e proibida e estas empresas têm de ser retiradas das esferas social, cultural, educacional e científica – seja via patrocínios, seja via parcerias.

Qualquer divulgação pública desenhada pelas empresas poluentes é uma lavagem de imagem: enganando sobre os seus produtos ou serviços (greenwashing), normalizando a sua presença pública (logótipos em eventos ou projetos) ou banalizando o uso dos seus produtos (carros, voos, combustíveis, carne).

A publicidade existe exclusivamente para gastar recursos de que necessitamos, mercantilizar potencial criativo e artístico e estimular consumos inúteis, aqueles que em crise climática não fazem qualquer sentido. Estes mesmos espaços podem antes ser usados para alertar sobre os perigos dos combustíveis fósseis ou para consciencializar a justiça climática.

Adicionalmente, patrocínios para cultura e educação levam à influência direta da indústria fóssil sobre o que é falado, o que é ensinado, o que é investigado e qual é a resposta normalizada pelos meios de comunicação, escola e cultura, em relação à crise climática. Estes espaços necessitam de ser independentes da indústria criminosa que gasta milhões por ano em contrainformação sobre a crise climática.

1.8.

DIZER A VERDADE: HONESTIDADE SOBRE O ESTADO DE CRISE CLIMÁTICA

Há um consenso científico e social de que travar a crise climática é a prioridade atual. Contudo, o sistema de ensino, as instituições judiciais, legislativas, sociais e os meios de comunicação continuam a agir como se não estivéssemos a enfrentar o maior desafio da humanidade. É necessário dizer a verdade às pessoas para que possamos tomar decisões informadas e realistas. Todas as decisões, debates e notícias têm de ter como enquadramento principal a crise climática.

02. PLANO DE DESARMAMENTO: DESATIVAR TODAS AS ARMAS





O2. PLANO DE DESARMAMENTO: DESATIVAR TODAS AS ARMAS

2.1.

NEUTRALIDADE CARBÓNICA ATÉ 2030 EM PORTUGAL

Para travar a crise climática dentro dos prazos ditados pela ciência e com base em justiça global, Portugal tem de cortar as suas emissões por 85-90% e alcançar neutralidade carbónica até 2030.

2.2.

CRIAÇÃO DE EMPREGOS PARA O CLIMA E DE UM SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIAS RENOVÁVEIS

Para implementar as transformações necessárias no tempo necessário é essencial criar milhares de novos postos de trabalho público nos setores-chave para a transição – Empregos para o Clima – e um Serviço Público de Energias Renováveis que coordene a gestão de toda a produção de eletricidade em Portugal, garantido o início de uma transição justa.



2.3.

100% DE ELETRICIDADE RENOVÁVEL E ACESSÍVEL EM PORTUGAL PARA ONTEM

Cessação de produção de eletricidade através de gás natural, responsável ainda por cerca de 30% a 40% da eletricidade consumida em Portugal.

2.4.

SUFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Suficiência energética significa gerir a produção dos bens e serviços com foco no que é realmente necessário para a sociedade, excluindo todos os gastos desnecessários, por exemplo, o gasto energético em publicidade e marketing ou fast fashion.

2.5.

CRIAÇÃO DE UM SERVIÇO DE TRANSPORTES COLETIVOS PÚBLICOS, ELÉTRICOS E GRATUITOS

Criação de um serviço que implementa um plano nacional para colmatar as necessidades das pessoas. Este tem como corpo principal a ferrovia, rodeada por transporte rodoviário público, coletivo e elétrico, complementado por opções mais leves como bicicletas e viagens a pé.

2.6.

AVIAÇÃO VIRTUALMENTE ZERO ATÉ 2030

A redução das emissões da aviação exige uma redução significativa do volume de voos, com decrescimento da aviação comercial e levantamento de apenas duas exceções para voos: os de emergências humanitárias e os de longas distâncias que não possuem qualquer transporte alternativo.





2.7.

HABITAÇÃO PÚBLICA

Um plano de investimento para habitação pública, para garantir casas com autonomia energética e eficiência energética para todas as pessoas.

2.8.

AUTONOMIA E EFICIÊNCIA ENERGÉTICAS DOS EDIFÍCIOS

Para colmatar a pobreza energética em Portugal e garantir casas resistentes às ondas de calor – sem aumentar as emissões ligadas ao ar condicionado –, é necessário investir na autonomia e eficiência energéticas dos edifícios (ex: isolamento das casas), dando prioridade aos edifícios públicos.

Para diminuir as emissões ligadas aos edifícios é igualmente necessário recuperar o parque edificado e estabelecer regulamentação para obras e nova construção.

2.9.

TRANSFORMAR A INDÚSTRIA PARA BAIXO CARBONO ATÉ 2030

Quer pela utilização de combustíveis fósseis para fornos, quer através de processos químicos – como é o caso do cimento e aço – as fábricas continuam a emitir CO₂. Contudo, quase todos os setores podiam produzir o que estão a produzir sem causar emissões: Não o fazem porque é financeiramente desvantajoso fazer uma transformação industrial no sentido da descarbonização. Por outras palavras, o que as empresas não querem pagar, pagamos nós com as nossas vidas via ondas de calor, cheias, secas, falhas de infraestrutura e conflitos sociais. Eles sabem que estão a matar-nos, sabem que podiam continuar os seus negócios sem nos matar e, porém, continuam a matar-nos.



2.10.

AGROECOLOGIA REGENERATIVA

Devemos implementar sistemas de Agroecologia Regenerativa que ambicionem:

1. Reduzir drasticamente as emissões do setor agropecuário, e aumentar o sequestro de carbono nos solos agrícolas e na biomassa vegetal permanente;
2. Aumentar a eficiência de uso de recursos (nutrientes, luz, água, energia, etc.), priorizando o uso de recursos locais e energias limpas;
3. Aumentar a resiliência dos agroecossistemas e sistemas alimentares a choques e eventos extremos;
4. Criar empregos dignos no setor, tal como melhoria das condições de trabalho atuais.

2.11.

SISTEMA ALIMENTAR DE EMISSÕES ZERO

A alimentação neste momento é a forma mais visível do capitalismo fóssil construir cumplicidade connosco na destruição planetária. Dominando a produção e a distribuição, as empresas controlam as opções disponíveis e os seus preços. Destroem ecossistemas e comunidades na produção e na distribuição, e fazem de nós cúmplices no consumo.

Se o nosso objetivo for salvar vidas (em vez do colapso da civilização), é possível construir um sistema alimentar de zero emissões através de cantinas públicas, compostagem e redução de produtos animais.

2.12.

ECONOMIA CIRCULAR E DIMINUIÇÃO DE RESÍDUOS

Os resíduos emitem 4,6 Mt CO₂, a maioria das quais vem dos resíduos municipais e industriais. Isto é quase 7% das emissões totais e representa metade das emissões de metano.

É preciso deixar de produzir lixo. Para tal, deve-se começar por travar a obsolescência programada e o consumo descartável, investindo na reparação e reutilização. A economia e a produção têm de ser baseadas nas verdadeiras necessidades das pessoas.



2.13.

COMBATE E PREVENÇÃO DE INCÊNDIOS

O aumento da temperatura leva a que haja cada vez mais incêndios, e estes libertam ainda mais CO₂ para a atmosfera, potenciando ainda mais a crise climática. Assim, de forma a proteger as pessoas e a diminuir a queima de florestas e plantações florestais, temos de começar por:

1. Realizar um cadastro florestal nacional;
2. Valorizar e reforçar os guardas florestais e vigilantes da natureza;
3. Valorizar e reforçar o combate profissional aos incêndios.

2.14.

EMPREGO COM PROPÓSITO, DECENTE E GERIDO DEMOCRATICAMENTE, PARA TODAS AS PESSOAS

Todas as pessoas têm de estar ativamente envolvidas em travar a crise climática. Todas as pessoas têm direito a um trabalho útil e digno. Trabalhos desnecessários para travar a crise climática e construir paz social devem ser substituídos por Empregos para o Clima e empregos nos setores de serviços básicos. Todos os empregos precisam de garantir os direitos do trabalho, inclusive os direitos a férias, a ordenado digno e a um horário de trabalho justo – com uma redução faseada para 32 horas semanais. O espaço de trabalho deve ser democrático, contando com a participação ativa de todas as pessoas nas decisões das suas condições laborais.



2.15.

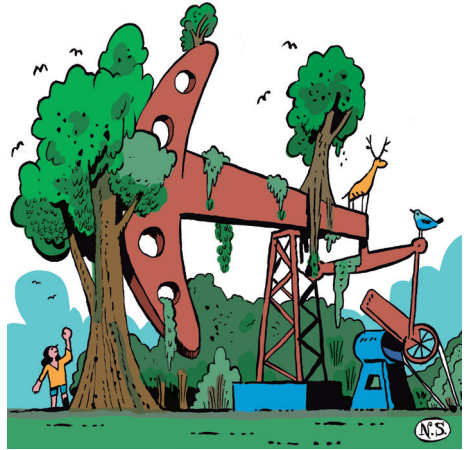
JUSTIÇA DE RENDIMENTOS AO SERVIÇO DO CLIMA – OS 1% PAGAM

Garantir que são os ultra-ricos e as empresas multinacionais que financiam o plano de desarmamento climático, via limite máximo ao rendimento, controlo dos preços e fim dos paraísos fiscais. As empresas fósseis, e os seus CEOs e acionistas, têm igualmente de garantir o rendimento dos trabalhadores da indústria fóssil enquanto estes se encontram em requalificação para outros trabalhos e até obterem um novo trabalho digno.

2.16.

SAIR DOS TRATADOS DE COMÉRCIO LIVRE E INVESTIMENTO

Repudiar tratados comerciais injustos como o CETA – já em execução – e o acordo UE-Mercosul – atualmente em negociação –, que servem exclusivamente os interesses das multinacionais contra as populações e o ambiente, bem como parar novos acordos semelhantes. Rejeitar a participação em mecanismos anti-democráticos como os ISDS para resolver disputas comerciais.



2.17.

DESINVESTIMENTO NO COMPLEXO INDUSTRIAL MILITAR E NAS FORÇAS DE SEGURANÇA, INVESTINDO EM SERVIÇOS SOCIAIS

O desarmamento climático vai ter de incluir o desarmamento generalizado, inclusive na indústria militar, tanto nas nossas comunidades como nas nossas fronteiras.

Passará, também, pelo fim ao apoio a todos os conflitos e ocupações militares de opressão e exploração, bem como de projetos de desumanização como o Frontex. Os investimentos nestas áreas devem ser realocados ao setor dos cuidados, aos serviços sociais e para a criação de um Serviço Nacional do Clima.

2.18.

DESMANTELAR O COLONIALISMO FÓSSIL

Quando os exércitos e burocratas colonialistas saíram dos países do Sul Global, as suas empresas ficaram (em muitos casos, os burocratas também ficaram, agora como acionistas dessas empresas). As empresas ficaram para dar continuidade ao modelo económico extrativista e ao fluxo dos recursos do Sul Global para o Norte Global. Os primeiros passos para desmantelar o colonialismo fóssil passam por:

1. Expulsar as empresas sediadas em Portugal do Sul Global;
2. Cancelamento da dívida do Sul Global.

2.1.

NEUTRALIDADE CARBÓNICA ATÉ 2030 EM PORTUGAL

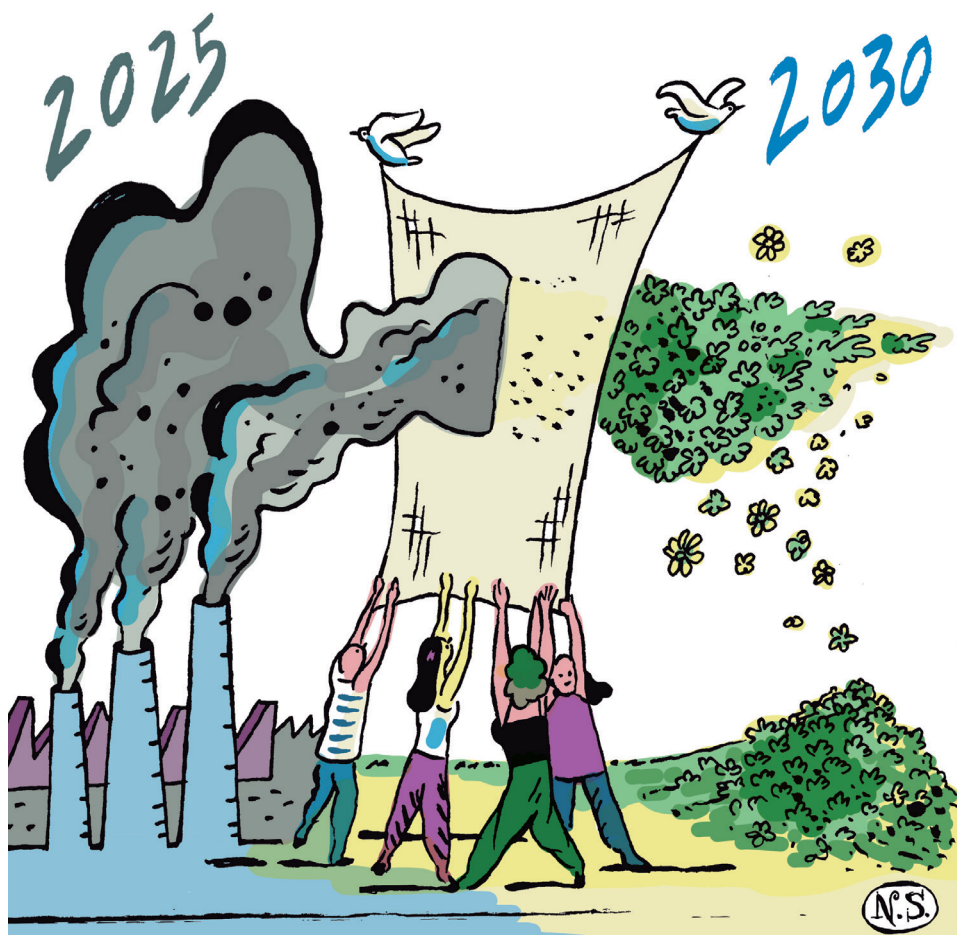
As secas, as ondas de calor, as tempestades, as inundações, os incêndios florestais e a crise alimentar que estamos atualmente a experienciar devem-se a 1.2°C de aquecimento global, causado pelas emissões de dióxido de carbono de cinquenta anos atrás.

Com a informação científica que temos neste momento, todas as infraestruturas que emitem CO₂ são equivalentes a fábricas de armas de destruição em massa. Cada dia em que se encontram em funcionamento, lançam mísseis para o ar, atingindo os pobres do mundo inteiro (e não só) num futuro próximo. Se já estamos a perder cidades inteiras devido à crise climática, em breve iremos assistir ao colapso de países inteiros: colapso este que não é o resultado de um acontecimento natural, mas sim um acto de destruição deliberado.

O relatório do Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas (IPCC) diz que devemos atingir a neutralidade carbónica antes de 2050 a nível mundial. (Sendo que a neutralidade carbónica significa as emissões serem iguais aos sumidouros de carbono; correspondendo a um corte de, no mínimo, 85 a 90% das emissões.) No entanto, os cálculos mais realistas apontam para que este objetivo já deveria ser alcançado no início da década 2040.

Se queremos chegar à neutralidade carbónica em 2050, então em 2049 deve haver poucos países com emissões, que justamente devem ser alguns países do Sul Global com quase zero responsabilidade na crise climática. Assim sendo, todos os países industrializados e semi-industrializados devem atingir a neutralidade carbónica até 2040, de modo a haver espaço de manobra para os que têm menos recursos económicos e menos responsabilidade histórica. Entre 2030 e 2040, devem descarbonizar-se os países semi-industrializados (por exemplo China, Turquia, Brasil). **Os países do Norte Global, responsáveis pela maioria das emissões e, também, pela destruição social e económica dos países colonizados, devem atingir neutralidade carbónica até 2030.** E a esta meta somam-se ainda os apoios que os países do Sul Global devem receber.

Existem muitas fantasias no que diz respeito à possibilidade de captura de emissões, sendo que as atuais respostas das empresas se baseiam em tecnologias inexistentes ou não testadas, com o intuito claro de continuar a legitimar o uso de combustíveis fósseis. Basicamente, o que corta emissões é cortar emissões, e é isso que temos de fazer. Na prática, vamos ter de **cortar as emissões em Portugal por 85-90% até 2030.** O relatório da campanha Empregos para o Clima mostra como isso pode ser atingido criando-se 200 a 300 mil empregos dignos e socialmente úteis.



Se queremos atingir a neutralidade carbônica até 2030, então precisamos de planos de descarbonização, por cada setor de emissões, compatíveis com esta meta. É preciso **descarbonizar por completo os setores de energia, transportes e edifícios; cortar por mais de metade as emissões dos processos industriais**

e resíduos; e transformar as áreas agrícolas e florestais em zonas de sequestro de carbono. Alguns setores têm de descarbonizar mais cedo do que outros.

A seguir, exploramos como esta transição pode acontecer em cada setor.

2.2.

CRIAÇÃO DE EMPREGOS PARA O CLIMA E DE UM SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIAS RENOVÁVEIS

Atualmente, não está a acontecer qualquer transição energética porque o fio condutor das políticas energéticas é o lucro. Estamos a passar por um processo a que podemos chamar "expansão energética": um aumento simultâneo em investimento e projetos em energias fósseis, renováveis e pseudo-renováveis. Se décadas de experimentação pelos mecanismos de mercado acompanhados pelo aumento das emissões nos ensinaram alguma coisa, é esta: **só um plano coordenado de políticas públicas, ancorado na justiça climática e social, pode construir uma transição justa e rápida.**

O movimento pela justiça climática em Portugal produziu duas propostas para concretizar este roteiro que, até ao momento, são as únicas propostas compatíveis com os prazos climáticos.

Empregos para o Clima são empregos novos, criados no setor público, na ótica de serviço público, nos setores-chave para a transição (como energia, transportes, indústria, construção, agricultura e gestão florestal), e que têm impacto direto no corte de emissões de gases com efeito de estufa. **Dão prioridade ao emprego para as trabalhadoras e os trabalhadores dos setores poluentes através de requalificação profissional.**

O relatório "Empregos para o Clima" (2021), produzido por um trabalho coletivo de académicos, sindicalistas e ambientalistas, defende que serão precisos 200-300 mil novos postos de trabalho em setores-chave da economia, maioritariamente nas áreas de energias renováveis, transportes, construção, agricultura e floresta.

Serviço Público de Energia Renováveis é um serviço que gera toda a produção de eletricidade em Portugal, através de fontes exclusivamente renováveis, que garanta uma transição justa e assegure o acesso universal a energia renovável. Para o Serviço Público de Energias Renováveis cumprir os seus objetivos terá de:

1. Controlar o setor elétrico e as várias etapas que a energia elétrica percorre: produção, transporte, distribuição e comercialização;
2. Nacionalizar a EDP, a REN e as concessões sobre restantes barragens no território português.

Estas propostas existem há anos, estão a ser desenvolvidas em processos coletivos e abertos, com apresentações públicas e debates públicos, com divulgação na comunicação social e às organizações sociais e políticas. Quando dizem que o movimento pela justiça climática não tem propostas, estão a mentir-te, porque têm algo a ganhar com essa mentira.

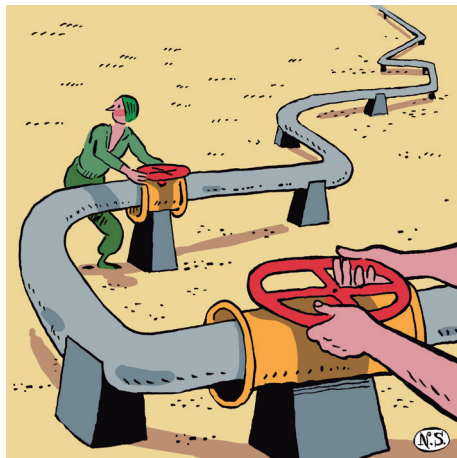
2.3.

100% DE ELETRICIDADE RENOVÁVEL E ACESSÍVEL EM PORTUGAL PARA ONTEM

Cada mês que passa sem a implementação de um plano de transição justa, implica uma transição mais abrupta. Para podermos travar a crise climática, ou seja, travar o aumento de incêndios, ondas de calor, cheias e falta de acesso à água, é preciso descarbonizar todos os setores da economia, começando com os mais fáceis de descarbonizar. Para atingir a neutralidade carbónica até 2030, um dos passos chave é termos eletricidade 100% renovável desde 2025. Esta mudança é tecnicamente e socialmente possível.

Isso significa que temos de parar a geração de eletricidade a partir de gás fóssil com máxima urgência.

A eletricidade tem de ser 100% produzida através de fontes de energia renovável, podendo até ser gratuita. O plano de paz e de soberania energética que trava a crise climática, e que nos permite sair da crise do aumento do custo de vida, é eletricidade 100% renovável e acessível a todas as famílias já!



A execução desta medida passa por:

- **Encerrar as quatro centrais de produção de eletricidade através de gás fóssil;**
- Apostar na **eficiência energética e na suficiência energética** para reduzir o consumo de energia;
- **Adaptar a rede elétrica** e instalar *smart grids*;
- Aumentar a capacidade instalada de produção de energia renovável, com um *mix* energético de eólica, fotovoltaica, geotérmica, hídrica, concentração solar e oceânica;
- Garantir a estabilidade e inércia da rede através de mais interligações e da energia hídrica.

O relatório da campanha Empregos para o Clima estima que uma transição justa no setor energético vai criar 60 a 100 mil empregos para descarbonizar o setor por completo.

2.4.

SUFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Numa altura de transição em que nos deparamos com vários desafios energéticos, temos de dar prioridade às necessidades reais e fazer escolhas coletivas sobre a utilização energética.

Suficiência energética vai para além de eficiência energética. Por exemplo, comprar um carro com menor consumo de gasolina é um exemplo de eficiência energética, enquanto que a introdução de transportes públicos para reduzir a utilização do transporte individual é uma política de suficiência energética.

O sistema energético deve então ser pensado com base em critérios sociais e ecológicos para uso de eletricidade, que, para além de garantirem a satisfação das necessidades reais das pessoas, minimizam a necessidade de extração de recursos e perturbação dos ecossistemas.

As medidas-chave para uma intervenção desta natureza são:

- **Localização da produção**, reduzindo a transmissão da energia e o transporte dos produtos;
- **Parar a utilização desnecessária da energia** como a energia gasta em: publicidade; no sistema financeiro; na produção de objectos desnecessários ou a um ritmo muito acima do consumo essencial, como é o caso da fast fashion; na manutenção de grandes bases de dados comerciais;
- **Parar o consumo destrutivo da energia**, como guerras e operações militares;
- **Investimento em transportes públicos coletivos e sistemas de mobilidade partilhada**, que tornam desnecessária a utilização de veículos individuais; e
- Introdução de **melhores práticas de agricultura** que dependem de menos *inputs* externos.

2.5.

CRIAÇÃO DE UM SERVIÇO DE TRANSPORTES COLETIVOS PÚBLICOS, ELÉTRICOS E GRATUITOS

O setor dos transportes é responsável pela maior fatia das emissões de gases com efeito de estufa em Portugal: 28% das emissões nacionais. Temos de acabar com todas estas emissões até 2030.

Existem 5,5 milhões de carros em Portugal, dos quais 930 mil têm entre 4 e 10 anos, e 3,4 milhões são ainda mais velhos. Ou seja, se parássemos de vender carros a combustão hoje, em 2030 teríamos ainda 4 milhões de carros a combustão porque é essa a taxa de rotatividade em Portugal. Então, para realmente cortar emissões, a abordagem incremental de substituir carros por carros elétricos não faz sentido. A única forma compatível com a descarbonização até 2030 é tornar desnecessária a utilização do carro individual.

Mobilidade com zero emissões de CO₂ significa transportes públicos gratuitos, elétricos, abrangentes, integrados e de qualidade o que implica investimento público e emprego digno e socialmente útil.

A falta de transportes públicos acessíveis e de qualidade em Portugal é um incentivo económico e social aos setores automóvel e petrolífero. Precisamos deixar de ser cúmplices da destruição climática.

É preciso um plano de investimento ambicioso e rápido que inclua:

- Expansão das redes ferroviárias nacional e internacional;
- Criação de uma empresa pública dedicada ao desenvolvimento de uma rede nacional de transporte público rodoviário eletrificado, combinando autocarros elétricos e mobilidade partilhada;
- Expansão massiva das redes ferroviárias metropolitanas;
- Expansão e consolidação da rede ciclável, a par de zonas permanentemente sem carros.

O relatório da campanha Empregos para o Clima prevê a criação de entre 60 e 100 mil empregos diretos para descarbonizar o setor dos transportes.



2.6.

AVIAÇÃO VIRTUALMENTE ZERO ATÉ 2030

A aviação é a forma mais rápida e mais injusta de queimar o planeta e tem tido um crescimento acelerado nos últimos anos, sem sinais de redução. Mais de 80% da população mundial nunca entrou num avião e metade das emissões da aviação (que corresponderam a 5.9% do total de emissões, em 2018) foram provocadas por passageiros frequentes, que representam apenas 1% da população mundial.

Um dos grandes problemas que a indústria da aviação enfrenta é a atual inexistência de soluções tecnológicas que permitam tornar o tráfego aéreo sem emissões: eletrificar a aviação não é uma opção viável nas próximas décadas e os substitutos do querosene fóssil, como biocombustíveis e combustíveis

sintéticos ("e-fuels"), não conseguem ser produzidos na quantidade necessária sem consequências danosas. É por isso que **a redução das emissões da aviação exige uma redução significativa do volume de voos.**

A aviação tem de ser operada dentro dos limites dos orçamentos de emissões dos países e do planeta. É necessário dar prioridade aos voos de acordo com a necessidade, como por exemplo, para emergências humanitárias ou quando não houver nenhum método de transporte alternativo.

Em concreto, isto significa não só que **não pode haver novos aeroportos, mas que os aeroportos existentes precisam de um plano de encerramento faseado rápido.**



2.7.

HABITAÇÃO PÚBLICA

A situação é simples em Portugal:

1. Os edifícios residenciais e comerciais são responsáveis por 7% das emissões;
2. Portugal é o quinto país da União Europeia em maior risco de pobreza energética.

Por outras palavras: **estamos a morrer de frio, e quando tentamos não morrer, estamos a ser obrigados a contribuir para a nossa morte coletiva.**

Existem 730 mil casas vazias no país, há 2 milhões de pessoas em situação de pobreza. Não é necessária nova habitação, à qual estão associadas elevadas emissões (em particular, devido ao cimento). São necessárias, sim, habitação pública e reabilitação dos edifícios.

Cada uma de nós que se encontra numa situação precária de habitação, está simultaneamente a sofrer os impactos da crise climática (por exemplo, durante as ondas de calor ou as tempestades) e a fazer parte do problema – ao ter um gasto excessivo de energia para aquecer a casa sem isolamento térmico, por falta de opções acessíveis. **Cada edifício que tem baixa eficiência energética é um incentivo financeiro às empresas de energia:** cada euro nas nossas faturas de aquecimento ou de eletricidade que possa ser cortado através de medidas de autonomia energética ou eficiência energética* deve ser cortado.

*Autonomia energética dum edifício significa que o edifício produz uma boa parte da energia de que necessita. Eficiência energética num edifício inclui isolamento térmico e estruturas de arquitetura que fornecem aquecimento e arrefecimento sem consumo de energia.



A única forma de reverter a situação e reduzir as emissões do edificado **é uma aposta ambiciosa na habitação pública, social e cooperativa de qualidade** que não implique nova construção sem fim.

Para isso, um início mínimo seria:

- Tornar públicos todos os edifícios abandonados, convertendo-os em habitação pública;
- Garantir casa para todas as pessoas;
- Definir normas ambiciosas de autonomia e eficiência energética nas habitações acompanhadas por apoio público;
- Planeamento do território com a participação das pessoas que nele habitam, delineando soluções comunitárias que garantam que a reprodução social é partilhada equitativamente e usa os recursos de forma eficiente, bem como o acesso fácil e rápido a transportes públicos.

2.8.

AUTONOMIA E EFICIÊNCIA ENERGÉTICAS DOS EDIFÍCIOS

Autonomia e eficiência energética:

É preciso, por um lado, equipar os edifícios com sistemas de aquecimento alimentados por fontes de energia renovável e, por outro, melhorar a eficiência energética passiva dos edifícios - melhorar o isolamento da cobertura, das paredes, das fachadas e do envidraçado. Edifícios públicos como escolas, hospitais e edifícios da administração central e municipal consomem energia (eletricidade e aquecimento) porque produzem serviços para a sociedade. A sua transformação é prioritária; com um isolamento térmico eficiente e a aplicação de painéis solares, estes edifícios podem tornar-se autossuficientes.



Recuperar o parque edificado e estabelecer regulamentação para obras e nova construção:

Aproveitar os edifícios abandonados reduz a necessidade de construção de novas casas, que tem um impacto direto nas emissões, por exemplo, através da produção de cimento. Em obras nas casas existentes e para as novas construções, é preciso estabelecer um alto nível de regulamentação para reduzir a utilização de cimento e aço, incorporar painéis fotovoltaicos, apostar em edifícios com autonomia energética, e aumentar os espaços verdes à volta dos edifícios, bem como nos telhados, paredes e interiores.

O relatório da campanha Empregos para o Clima estima que sejam necessários cerca de 35 mil novos empregos dignos para reabilitar os edifícios de forma a reduzir a necessidade de consumo de energia em 40%.

2.9.

TRANSFORMAR A INDÚSTRIA PARA BAIXO CARBONO ATÉ 2030

A indústria causa 15 Mt das 67 Mt de emissões em Portugal (dados de 2018). Metade destas emissões vem de produção energética (produção de calor ou eletricidade por combustão direta na fábrica). **Uma boa parte deste valor pode ser dispensado por eficiência energética; o resto é para eletrificar. Em quase todas as aplicações industriais, já existem tecnologias alternativas, comercialmente viáveis, que permitem a eletrificação.** Talvez nos setores de cimento e de aço ainda haja alguma dificuldade técnica devido às temperaturas elevadas que têm de ser atingidas, motivo pelo qual podemos, no imediato, recorrer a biogás e biomassa provenientes de resíduos municipais e da agroecologia.

Outra metade vem dos processos industriais: emissões que resultam da ocorrência de determinados processos químicos (ou seja, emissões que não derivam do processo de combustão) para fabricar o cimento ou alguns produtos da indústria química. Há diferentes formas de fazer as mesmas coisas, sem causar estas emissões: **é possível construir casas com muito pouco cimento, é possível produzir aço usando hidrogénio, é possível utilizar materiais alternativos, é possível repensarmos o que estamos a produzir e para quê.**

Para um plano de desarmamento climático, vamos ter de repensar a indústria para que a nossa economia não seja suicida.

O relatório da campanha Empregos para o Clima prevê a criação de 5 a 20 mil empregos dignos para cortar as emissões da indústria para um quarto do seu atual valor até 2030.

2.10.

AGROECOLOGIA REGENERATIVA

A agricultura e a pecuária são responsáveis por 13% das emissões em Portugal. As emissões do setor agropecuário são contabilizadas separadamente das florestas, porque o capitalismo olha para os solos como matéria por extrair e, quando a matéria muda, muda também o setor das contas. Nós precisamos de uma abordagem mais integrada à terra e aos territórios. Um plano de desarmamento climático vai ter de incluir uma forte componente de Agroecologia Regenerativa que inclui:

- Apostar nos **sistemas agroecológicos e agroflorestais biodiversos**, que busquem otimizar o uso de recursos naturais e aplicar princípios ecológicos no seu desenho e gestão através da diversificação de espécies e culturas no espaço, tempo e paisagem;
- **Eliminar o uso dos fertilizantes inorgânicos, pesticidas sintéticos** e outros insumos externos;
- Reintroduzir o **uso de leguminosas** nas rotações;
- **Eliminar o uso de monoculturas agrícolas em regimes intensivos;**
- **Reduzir drasticamente o setor pecuário**, adotar sistemas que possibilitem uma gestão eficaz dos efluentes pecuários, extensificar a produção pecuária de ruminantes e granívoros e reterritorializar os sistemas pecuários em áreas agrícolas, integrando os animais nos agroecossistemas agroecológicos e agroflorestais;
- **Redistribuir pastagens naturais em todo o território** e desenvolver infraestruturas agroecológicas para cobrir 10% da área cultivada;

- Criação de estruturas que suportem e agreguem os produtores locais;
- Investir em **agroecologia urbana** para aproximar produtores de consumidores, reduzir o desperdício alimentar, aumentar o aproveitamento de resíduos domésticos e reduzir o uso de factores de produção químicos (que garantem que os produtos resistem a longas viagens);
- Investir em **investigação, experimentação e demonstração** adequadas aos contextos específicos, acompanhadas por inspeção e formação, bem como por estruturas que suportem e agreguem os produtores locais;
- Investir em recursos humanos e materiais que assegurem a **inspeção e a formação contínua de profissionais** para que garantam a segurança alimentar e protejam as populações (ex: proteger da presença de substâncias anabolizantes na produção de carne; de parasitas nos solos, nos alimentos e na água de consumo humano; de pesticidas, antibióticos e de genes de resistência a estes, entre outros).

A campanha Empregos para o Clima estima que de 30 a 45 mil novos empregos na agricultura podiam cortar as emissões do setor em 40% até 2030.



2.11.

SISTEMA ALIMENTAR DE EMISSÕES ZERO

Atualmente, a indústria alimentar apenas se foca nos gramas de comida colocadas nas prateleiras dos supermercados.

Isto ignora os solos, os ecossistemas, as comunidades, o bem-estar dos trabalhadores e animais envolvidos, e a sobrevivência da civilização tal como a conhecemos. Nós precisamos de uma abordagem radicalmente diferente no que diz respeito à alimentação, uma que nos leve a repensar a nossa relação com a natureza não-humana.

Será preciso implementar um conjunto de medidas complexas de uma forma coordenada:

- **Reduzir o desperdício alimentar**, e aumentar o reaproveitamento e **compostagem de resíduos orgânicos domésticos** (em casa e através da recolha diferenciada de resíduos orgânicos);
- **Acabar com as importações de produtos alimentares** (transformados ou não transformados) de países onde a sua produção tem impactos sociais, climáticos e ambientais intensos.

2.12.

ECONOMIA CIRCULAR E DIMINUIÇÃO DE RESÍDUOS

Há um consenso sobre o facto de termos de consumir menos, tal redução deve iniciar-se travando a obsolescência programada imiscuída nos objetos. Contudo, medidas deste género geralmente surgem num contexto de austeridade ecológica que apoia sacrifícios individuais praticamente impossíveis no atual sistema de produção. Para reduzir o consumo total de energia, é preciso racionalizar a produção e apostar em ciclos longos de utilização de todos os produtos, particularmente os que consomem energia mais intensivamente. Isto significa termos eletrodomésticos com garantias vitalícias e aparelhos electrónicos atualizáveis e reparáveis.

Neste momento, estas opções nem sequer existem. Quando existem, é quase sempre mais barato e mais fácil comprar um novo aparelho em vez de tentar substituir uma peça. As empresas sabem como produzir produtos resistentes, mas não o fazem porque tal não gera lucro.

- Acabar igualmente com o transporte de animais vivos;
- Proibição de arrasto de fundo e outras artes de pesca industrial e destrutiva;
- **Reduzir drasticamente o consumo e produção de produtos animais** e aumentar a presença de proteínas vegetais, frutas e legumes nas dietas, priorizando produtos locais e da época, e aumentando a proximidade entre produtores e consumidores;
- Adotar **dietas mais saudáveis** e balanceadas de acordo com as recomendações nutricionais;
- Implementar uma **rede extensa de cantinas públicas veganas**, que garanta o acesso a alimentação de qualidade para todas as pessoas, e que priorizem o uso de produtos locais, sazonais e biológicos, garantindo assim, com acompanhamento de nutricionistas, comida exclusivamente vegana em todas as cantinas públicas.
- **Desmercantilização de todas as sementes** e acabar com todas as patentes genéticas.

Precisamos de uma forte regulamentação contra a obsolescência programada e precisamos de lembrar ou reinventar a cultura de arranjo e conserto. Tal contribuirá para a redução das importações, a melhoria da balança comercial e a redução de emissões associadas ao transporte marítimo.

Melhorar a gestão dos resíduos começam por:

- **Evitar lixo** desde a produção, diminuindo embalagens e encontrando formas novas (e talvez também bem antigas) de produção com maior durabilidade;
- Apostar na **reparação e reutilização**, através de conceitos e políticas de economia circular;
- Fechar os círculos orgânicos via **compostagem**;
- Apostar na **reciclagem só para os produtos industriais**.
- Para os aterros existentes e os resíduos espalhados nos oceanos, florestas e estradas é necessário reciclagem e tratamento mecânico. **Só em último caso, e só para os resíduos já existentes, é que devemos considerar a chamada valorização energética**, que passa por incineração e produção energética via biogás. Mas, neste caso, a capacidade existente, montada assumindo que haveria sempre mais e mais lixo, já é suficiente, não sendo preciso criar novas infraestruturas.

O relatório da campanha Empregos para o Clima estima a criação de 10 a 15 mil empregos na economia circular, cortando as emissões em cerca de 60% até 2030.

2.13.

COMBATE E PREVENÇÃO DE INCÊNDIOS

Realização de um cadastro florestal:

Precisamos de menos ignições e menor área ardida. Isso significa ter um cadastro florestal total do território nacional, e o que está abandonado ter de ser assumido pelo Estado. As áreas abandonadas têm de ser geridas, não pelas estruturas obsoletas atuais, mas por uma instituição criada para o efeito que valorize os pequenos proprietários e as diversificações rural, agrícola e florestal.

São conhecidas as espécies que devem estar em cada territórios e, também, as previsões climáticas para esses mesmos territórios no futuro, pelo que a articulação destas informações deve guiar o ordenamento do território a partir de agora, interditando florestas de produção em zonas especialmente aptas à conservação e favorecendo espécies que sejam úteis para o território e para as populações no futuro, com vista à preservação dos solos e da água e, sempre que desejável, potenciar o seu uso múltiplo.

Valorizar e reforçar os guardas florestais e Vigilantes da Natureza:

Valorizar os Vigilantes da Natureza garantido a presença diária destes profissionais, durante os 365 dias do ano, com os recursos necessários para proteger as nossas florestas, bosques e pradarias marinhas.

Valorizar e reforçar o combate profissional aos incêndios:

Contratar Sapadores bombeiros profissionais pagos pelo Estado, investindo nos recursos necessários para a gestão e preservação dos recursos florestais em Portugal e sobrevivência das populações locais.

O relatório da campanha Empregos para o Clima estima que sejam necessários entre 16 mil e 21 mil novos postos de trabalho na floresta.

2.14.

EMPREGO COM PROPÓSITO, DECENTE E GERIDO DEMOCRATICAMENTE, PARA TODAS AS PESSOAS

Cada vez mais, sentimos que os nossos empregos não servem para nada.

A razão principal disto é a nossa consciência de que muitos produtos ou serviços não existiriam numa economia não-suicida. Ou seja, não servem para nada, fora o lucro e a destruição planetária. A nossa cumplicidade no colapso climático faz-nos sentir deprimidas e impotentes.

Uma razão complementar é a comercialização de todos os espaços sociais e pessoais transformando tudo em espaços de transação: ao jantar com a família, por exemplo, recebemos uma chamada de alguém que nos quer vender pacotes de televisão; isto quer dizer que uma de nós, à hora de jantar com a família, está a fazer chamadas para vender pacotes de televisão. Tal provavelmente significa que ambas as pessoas aqui descritas, naquele momento, detestam aquele emprego.

E ainda, num contexto de completa alienação do produto e das condições laborais, as empresas fingem criar “empoderamento” no trabalho.

Isto, às vezes, é suave, como reuniões semanais de equipa em que não podemos decidir nada do que importa; outras vezes é bem mais brutal como é o caso dos algoritmos das aplicações de entregas que “flexibilizam” os horários para os supostos “auto-empregados” que não conseguem decidir nem o horário, nem o serviço – aliás, nem acesso têm ao código da aplicação que assim define as suas condições de trabalho.

Resumindo, o colapso climático não é um acontecimento, é parte integrante duma sociedade que não faz sentido. Os governos e as empresas declararam guerra contra as pessoas e o planeta, e a execução desta guerra é feita por nós, contra nós.

Mas não precisa de ser assim... Temos de parar para discutir porque trabalhamos, para quem trabalhamos e como trabalhamos.

O desarmamento climático vai dar muito trabalho. A construção da paz também. O relatório da campanha Empregos para Clima estima que de 220 mil a 300 mil empregos dignos possam cortar as emissões de Portugal em 85% até 2030 e atingir a neutralidade carbónica.

2.15.

JUSTIÇA DE RENDIMENTOS AO SERVIÇO DO CLIMA — OS 1% PAGAM

As empresas, os ultra-ricos e os seus representantes políticos sabem que estão a destruir as condições físicas e químicas da civilização tal como a conhecemos e sabem que estão a lucrar com isso.

Os 1% mais ricos têm o dobro da riqueza do resto 99% da população. Simultaneamente, os mesmos 1% são responsáveis por emissões equivalentes a dois terços da população mundial. Na União Europeia, os 1% mais ricos emitem tanto como os 50% mais pobres. Se as empresas petrolíferas e os ultra-ricos lucraram com o colapso climático até agora, então têm de ser eles a pagar os custos da transição justa.

Isto tem de incluir:

- **Limite Máximo ao Rendimento:**
Taxa de 99% do IRS a partir dos 150.000 euros anuais. O Imposto sobre Rendimentos de Singulares (IRS) abrange, não só o rendimento do trabalho, sendo esta a forma como o imposto afeta a maior parte das pessoas, mas também os rendimentos de capital, como os dividendos provenientes das empresas, rendas

do imobiliário, mais valias da venda de ativos financeiros, entre outros. Este imposto funciona à base de escalões. Quando o rendimento de uma pessoa atinge um determinado valor, os rendimentos acima desse valor entram num novo escalão e são taxados a uma percentagem mais alta, mas os rendimentos abaixo desse valor são taxados às percentagens correspondentes aos escalões anteriores. É preciso fixar um novo escalão de IRS máximo, aplicado aos rendimentos superiores a 150.000 euros anuais brutos, com a taxação fixada em 99%.

- **Formação profissional em Empregos para o Clima** que comece agora, paga pelas empresas, e que abranja todos os trabalhadores da empresa.
- **Salário completo até ao novo emprego para todos os trabalhadores cujos postos de trabalho sejam extintos pela transição.**
- **Controlo dos preços dos bens e serviços essenciais.**
- **Fim dos paraísos fiscais**, para os quais se perdem 500 mil milhões de dólares por ano a nível global





2.16.

SAIR DOS TRATADOS DE COMÉRCIO LIVRE E INVESTIMENTO

Portugal está vinculado a vários **sistemas de resolução de litígios e acordos de comércio internacional** que amarram as hipóteses de rompermos com os combustíveis fósseis, incentivando as indústrias emissoras, aumentando as suas emissões e levando à destruição de ecossistemas fundamentais para a vida como é a Amazónia.

Através destes acordos, as grandes multinacionais – inclusive as que lucram com combustíveis fósseis – podem combater políticas públicas que coloquem em causa os seus interesses destrutivos. Sair destes acordos é, portanto, essencial para o prosseguimento das políticas de que precisamos para combater a guerra que nos está a ser feita - e construir a paz.

2.17.

DESINVESTIMENTO NO COMPLEXO INDUSTRIAL MILITAR E NAS FORÇAS DE SEGURANÇA, INVESTINDO EM SERVIÇOS SOCIAIS

Desinvestir em forças de segurança e em todo o complexo industrial militar – usadas para subjugar e impor formas de opressão e exploração colonialistas e racistas, e também responsáveis por uma fatia considerável de emissões – **e investir na criação de um “Serviço Nacional do Clima”, para gerir a transição energética, e em empregos de emissões zero do setor dos cuidados, serviços de apoio social, educação e proteção da natureza.** Neste processo é necessária a realocação e requalificação dos trabalhadores de segurança e indústria militar, em empregos dignos e úteis para a sociedade.

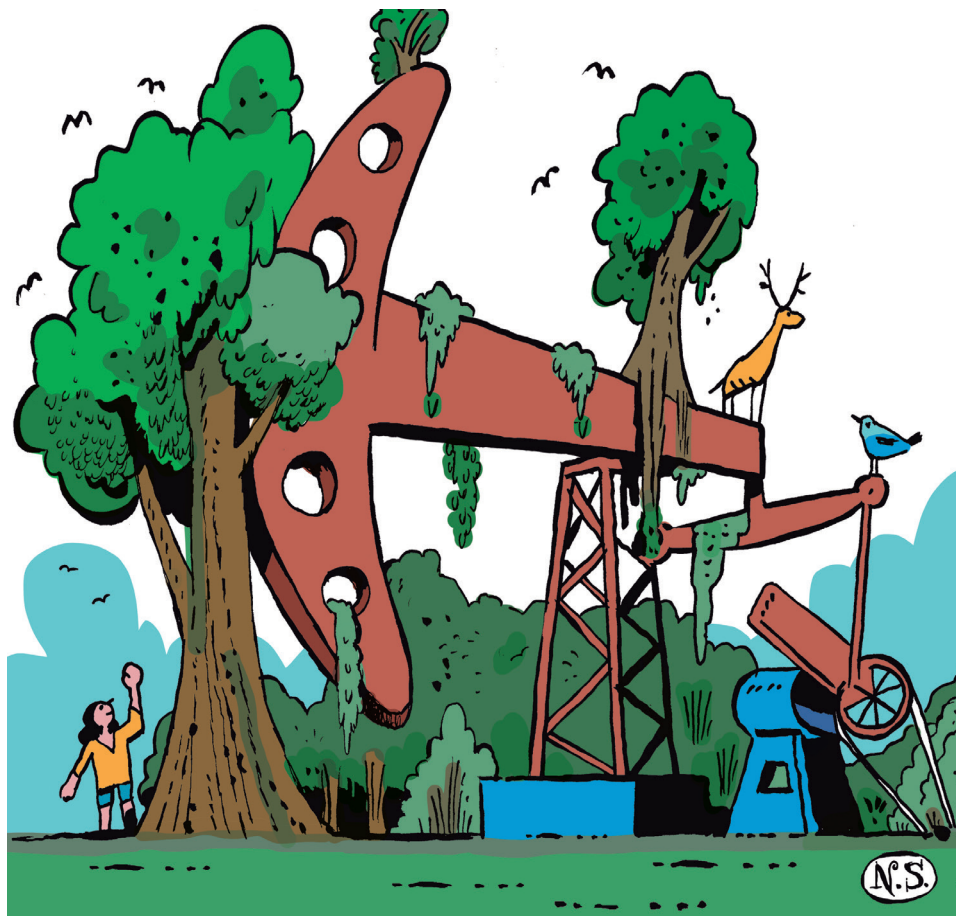
Com esta medida, damos um passo no sentido do **cessar dos múltiplos conflitos armados atuais.** Para além disto, esta medida pressupõe a **retirada de qualquer tipo de apoio a conflitos e ocupações militares de subjugação, opressão e exploração de povos e territórios,** assim como a projetos de desumanização como o Frontex e o projeto Sionista.

2.18.

DESMANTELAR O COLONIALISMO FÓSSIL

Galp fora do Sul Global: O consórcio da Galp em Moçambique, de exploração de gás no norte, perto da fronteira com a Tanzânia, está envolvido na militarização da zona pelas forças estatais e privadas que estão a expulsar as comunidades locais das zonas costeiras com o fim de construir infraestruturas de apoio às operações no mar. O exército de Moçambique e as empresas de segurança da Rússia, África do Sul e EUA estão ativos na região de Cabo Delgado, e centenas de famílias já foram expulsas para garantir a concretização dos projetos. **A Galp tem de sair imediatamente de Moçambique, tal como de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Namíbia.**

Mota-Engil fora do Sul Global: A empresa de construção Mota-Engil tem sido a mão-de-obra da indústria petrolífera nos projetos do Sul Global. Nos megaprojetos, como o do oleoduto EACOP na Tanzânia e Uganda, as populações locais só conhecem a Mota-Engil porque só se confrontam com ela e com os seus seguranças.



Cancelamento da dívida do Sul Global:

Os países do Norte Global emitiram muito mais CO₂ do que os do Sul. Os impactos da crise climática que neste momento estamos a observar devem-se às emissões resultantes do aceleramento industrial após a Segunda Guerra Mundial. Ao mesmo tempo, o colonialismo desindustrializou os países do Sul Global e ativamente reduziu as suas capacidades de resiliência, adaptação e transição (continuando com o neocolonialismo e projetos extrativistas). A isto chama-se dívida ecológica. Por outro lado, o Sul Global está em dívida financeira para com os países do Norte Global por causa dos empréstimos diretos ou indiretos (do FMI e do Banco Mundial).

Esta estrutura foi montada por imposição (em muitos casos militar) e chantagem durante o processo de descolonização, tendo sido consolidada com o neoliberalismo. Atualmente muitos países só conseguem pagar os juros das suas dívidas nos anos economicamente favoráveis, ficando geralmente cada vez mais endividados. Como consequência, é necessário um **jubileu de dívida dos países do Sul Global, como forma de compensação, para que estes possam deixar os combustíveis fósseis debaixo do solo e financiar a transição justa.**

03. PLANO DE PAZ





O3. PLANO DE PAZ

3.1.

SERVIÇOS BÁSICOS INCONDICIONAIS

Garantir saúde, educação, habitação, alimentação e água, energia renovável e transportes, de forma gratuita, no setor público, para todas as pessoas.

3.2.

CUIDADO NO CENTRO DA ECONOMIA, NÃO O LUCRO

Atualmente vivemos numa crise de cuidados onde as atividades reprodutivas são desprezadas. A construção de paz passa por colocar a vida e o cuidado no centro da economia, ao invés da maximização do lucro.

3.3.

TRANSIÇÃO JUSTA

Quem trabalha atualmente nos setores que precisam ser desmantelados, reconfigurados ou reduzidos não ficará para trás. A transição justa é baseada na equidade e na justiça, reparando os danos do passado e garantindo a subsistência dos/as trabalhadores/as e das comunidades no futuro, enquanto, ao mesmo tempo, se concretiza a necessária transição de uma economia extrativista para uma sociedade climaticamente segura, construindo poderes econômico e político que consolidem uma economia regenerativa.

3.4.

DEMOCRACIA ENERGÉTICA

Democracia Energética é um conceito que é definido procurando garantir um setor energético assente em três pilares:

1. fontes de energia limpas e sustentáveis;
2. propriedade pública;
3. gestão democrática.

Isso significa um sistema energético que salvguarde as necessidades energéticas das populações e das comunidades e que, ao mesmo tempo, permita travar a crise climática.



3.5.

JUSTIÇA RACIAL E DE GÊNERO EM TODOS OS PROCESSOS POLÍTICOS E SOCIAIS DE TRANSIÇÃO E TRANSFORMAÇÃO

Atualmente o racismo e o patriarcado são estruturais. Isto significa que, devido ao privilégio historicamente acumulado e à cultura reproduzida, as políticas públicas, as práticas institucionais, as representações culturais e outras normas, reforçam estas mesmas opressões. É, portanto, necessário termos ferramentas que permitam dismantelar estes sistemas de opressão.

Entre elas inclui-se a monitorização dos processos políticos e sociais de transformação, de forma a garantir que estes assegurem a construção de justiça racial e de género.

3.6.

JUSTIÇA TRANSFORMATIVA

Numa sociedade onde a violência é normalizada e o sistema jurídico, judicial e penal perpetuam diversas formas de opressão e violência como o patriarcado e o racismo, é preciso uma transformação social. A justiça transformativa permite transformar o modo como respondemos à violência sem criar mais formas de violência.

Tem como intuito o garantir da segurança imediata da pessoa que foi alvo de violência, parando imediatamente os abusos, levando à responsabilização dos perpetradores de violência e à sua reabilitação. Passa igualmente pela reabilitação das comunidades e pela reparação face à violência já sofrida.

3.7.

RESPONSABILIZAR AS EMPRESAS DAS INDÚSTRIAS POLUENTES, OS CEOS, OS ACIONISTAS E OS POLÍTICOS PELA CRISE CLIMÁTICA

As empresas, CEOs, conselhos administrativos e acionistas das indústrias poluentes, bem como os seus representantes políticos culpados pela crise climática, e que lucraram (e lucram) com ela, têm de ser responsabilizados pela destruição social e ecológica que causaram (e ainda causam).



3.8.

RECONHECER E PAGAR A DÍVIDA HISTÓRICA AO SUL GLOBAL

Reconhecer a dívida histórica de Portugal respeitante à colonização e a dívida ecológica relacionada com as suas emissões. Pagar aos povos pelas perdas e danos, e reconhecer os impactos políticos, culturais, sociais e económicos da exploração colonial, bem como estabelecer reparações que apoiem uma transição justa, sem colocar em causa a sua soberania.

3.9.

DIREITOS E LIBERDADE DE MOVIMENTO PARA AS PESSOAS, NÃO PARA O CAPITAL

Defendemos a proteção, liberdade de movimento e os direitos sociais, políticos e cívicos de todas as pessoas migrantes.

3.10.

REGENERAR OS ECOSISTEMAS

Os governos e as empresas declararam guerra contra as pessoas e ao planeta. Ao pôr fim a essa guerra, a paz que queremos construir vai ter que ser construída a partir de uma nova forma de relacionamento entre as pessoas e os ecossistemas. O capitalismo ensinou-nos a olhar os ecossistemas como ele o faz: material para explorar e através do qual produzir lucro. Nós vamos precisar de encontrar novas formas, ou redescobrir formas bem antigas de nos relacionarmos com o território e com os recursos naturais, garantindo a regeneração dos ecossistemas.



3.11.

REVALORIZAR O BEM COMUM - ARTE, DESPORTO E LAZER

Na construção de um clima de paz, vamos ter de repensar na nossa forma de nos relacionarmos entre nós e com os objetos que nos rodeiam. A sociedade de consumo dará lugar às sociedades de bem-estar e *buen vivir*.

Para tal é necessário recuperar os espaços públicos, valorizar a arte, garantir a cultura, o desporto e o lazer acessíveis para todas as pessoas, tal como acabar com patentes.

3.12.

CIDADANIA ATIVA

Participação de todas as pessoas nos processos de decisão, reabilitação da sociedade e construção da paz.

3.1.

SERVIÇOS BÁSICOS INCONDICIONAIS

Precisamos de garantir as necessidades básicas para toda a gente, para que todos tenham uma vida digna, numa sociedade justa e num planeta habitável.

Tudo o que toca ao público deve ser público, e a serviço do público, devendo ser retirado do mundo da maximização do lucro.

A melhor medida de adaptação para tempestades é ter uma casa decente. A melhor adaptação para as falhas nas infraestruturas, causadas pela crise climática, é ter um sistema nacional de saúde forte e acessível. A melhor transição energética é a disponibilidade e gratuidade das energias renováveis e dos transportes públicos. A melhor capacitação para a resiliência e para a nossa defesa é ter educação e alimentação gratuitas. Uma boa alimentação ajuda a prevenir doenças.

Assim, **para além das medidas já referidas a nível de energia, transporte e habitação**, é necessário igualmente:

- Garantir programas nacionais e municipais que assegurem o acesso à água e à alimentação dignas e saudáveis para toda a gente.
- Tornar o Serviço Nacional de Saúde totalmente gratuito, e de cobertura universal, com reforço do investimento público para um SNS de qualidade. Expandir os serviços de saúde para embarcar problemas de saúde mental e outras áreas negligenciadas, em particular a saúde de pessoas trans, o cuidado para com os mais velhos,

o direito à saúde reprodutiva e ao aborto, e o tratamento de dependência de substâncias. Implementar uma descentralização da saúde, por exemplo através do modelo Patient-Centred Care – modelo catalisado pelo modelo de enfermagem local, que empodera enfermeiros a providenciar e gerir cada caso de um modo local, na casa-contexto da pessoa, reduzindo admissões hospitalares na ordem dos 40%. Descentralizar o acesso a cuidados é mais eficiente para: a prevenção, a satisfação das pessoas, a literacia respeitante à saúde, a gestão de recursos, a qualidade dos cuidados, a adequação às necessidades, a resiliência em emergências de saúde pública, a inovação dos cuidados e o engajamento das pessoas nos processos de decisão sobre os serviços.

- Gratuidade do ensino público, incluindo o ensino superior, através de investimento público que garanta um ensino de qualidade para todos.
- Educação acessível que aumente a literacia e o entendimento das justiça climática e social. Para além da educação formal, garantir diferentes espaços de educação não formal (presencial e digital) como forma de aumentar o conhecimento sobre a crise climática, a justiça racial e a descolonização e questões de género, autonomia sobre o corpo, direitos sexuais e reprodutivos. O conhecimento sobre a prevenção e o tratamento de doenças regulares tem de ser democratizado, fazendo parte da educação.

3.2.

CUIDADO NO CENTRO DA ECONOMIA, NÃO O LUCRO

É preciso pensar noutras formas de produzir e reproduzir, alterando o modelo de produção atual para um modelo focado na necessidade e na distribuição equitativa dos recursos, e não no crescimento infinito e no extrativismo. Para tal, é preciso basear a produção, os cuidados e a distribuição de bens numa economia de distâncias curtas, que contenha a vida, e não o lucro, no seu centro. Essa transformação deve quebrar com a lógica do mercado e ir de mão dada com o controlo democrático dos processos e bens essenciais à vida.

Algumas das medidas que conduzem a tal objetivo são:

- Incorporação do valor da vida na tomada de decisões económicas, **produzindo apenas de acordo com as necessidades reais das pessoas e dentro dos limites dos ecossistemas.** Isto implica uma **nova gestão dos recursos naturais, como a água potável, os oceanos, os minérios e o solo.** Implica, igualmente, garantir que as novas infraestruturas, em particular as necessárias para a transição energética, tenham o mínimo impacto possível nos ecossistemas e comunidades.

- **Valorização do trabalho reprodutivo e cuidados e redistribuição de trabalho:** Reconhecimento e valorização social de todo o trabalho de cuidados e reprodutivo, que permite a continuação e regeneração da vida. Reconhecer que grande parte do trabalho de cuidados atualmente é protagonizado por mulheres, em especial mulheres migrantes e racializadas. Garantir uma redistribuição do trabalho reprodutivo e das atividades de manutenção, não só dentro de casa, mas também na sociedade. Garantir igualmente a redistribuição nos trabalhos produtivos, tomando medidas para que os empregos criados para travar a crise climática não perpetuem as mesmas desigualdades atualmente existentes.

- **Planeamento urbano de “curtas distâncias” e desenvolvimento massivo de transportes públicos com as comunidades locais:** Planos concebidos para reduzir os movimentos pendulares, diminuindo assim o tempo gasto em transportes e as emissões associadas aos mesmos; construir, com as comunidades locais, uma rede de resposta às suas necessidades (transportes escolares/ creches, bem como transportes adequados a pessoas de mobilidade reduzida).

3.3.

TRANSIÇÃO JUSTA

Uma política climática dirigida pelas empresas – o que tivemos até hoje – só produz uma expansão energética. **Para uma transição energética justa e rápida, precisamos de políticas públicas guiadas pela ciência climática, dirigidas para a justiça social, e lideradas pelos trabalhadores e pelas comunidades locais.**

Precisamos de **mobilizações ao nível internacional, nacional e regional e nas empresas.** Estas frentes não só são complementares para um plano de transição justa e coerente, como também cada uma pode conduzir a avanços noutras. Será necessário criar uma Comissão Nacional de Justiça Climática com poder deliberativo, que exclui a indústria de combustíveis fósseis e privilegia a ciência e a sociedade civil, para planear e gerir o programa de transição justa. Um programa de transição justa deve incluir:

- **Formação profissional em Empregos para o Clima** que comece agora e que abranja todos os trabalhadores;
- **Levantamento das competências e necessidades por empresa**, tendo em conta os potenciais de transição de cada região;
- **Valorização e certificação das competências** de todos os trabalhadores;
- **Criação de comissões de transição justa em cada território** e em cada instalação que privilegiem os trabalhadores;
- **Salário completo até ao novo emprego** para todos os trabalhadores cujos postos de trabalho sejam extintos pela transição;





- **Compensações** que correspondam às necessidades específicas, nomeadamente um subsídio de emprego mais prolongado para trabalhadores mais velhos e apoio à mobilidade geográfica;
- **Responsabilização das empresas e dos acionistas para os custos da transição;**
- Inclusão de cláusulas nos projetos e leilões de energias renováveis que obriguem a **empregar os trabalhadores da indústria de combustíveis fósseis;**
- Prioridade de emprego nos novos postos de trabalho na área para todos os trabalhadores cujos postos de trabalho sejam extintos pela transição;
- **Controlo público e gestão democrática das novas tecnologias,** como as energias renováveis e o hidrogénio.

3.4.

DEMOCRACIA ENERGÉTICA

Parar a guerra climática e construir uma verdadeira paz implica repensar a forma como nos relacionamos com a energia e gerimos os nossos sistemas energéticos. Como o seu ponto de partida é a descarbonização, pressupõe reorientar as nossas sociedades para entendermos a energia como um bem comum e não como uma mercadoria.

Esta transformação social significa **abandonar a perspetiva extrativista em vigor, ter um foco nas necessidades reais das gerações atuais e futuras, bem como construir uma gestão pública e democrática dos sistemas energéticos.** Tal inclui nacionalizações, municipalizações e comunidades energéticas.

3.5.

JUSTIÇA RACIAL E DE GÊNERO EM TODOS OS PROCESSOS POLÍTICOS E SOCIAIS DE TRANSIÇÃO E TRANSFORMAÇÃO

Vivemos numa sociedade com diversos sistemas de opressão – racismo, patriarcado, capacitismo, entre outras.

Parte do trabalho de construção de paz é quebrar e mitigar estas opressões, criando formas igualitárias de relações entre nós. Para além das diversas medidas de justiça racial e de género apresentadas neste plano, é ainda necessário garantir que, **em todos os passos, há uma participação ativa dos grupos oprimidos** – nas discussões, decisões, implementação e monitorização.

Sabemos que o caminho faz-se caminhando. A construção da paz só poderá levar às justiças racial e de género se colocarmos esta componente como prioritária.

Para tal, uma das medidas propostas é a criação de **Comissões de Igualdade Climática** em todos os processos de transição justa, a nível nacional, regional e local, que estabeleçam e monitorizem critérios claros de justiça de género e racial, em todos os processos políticos e sociais de transição, bem como nos processos internos das restantes comissões.

3.6.

JUSTIÇA TRANSFORMATIVA

Assim, é necessário reformular o sistema jurídico, judicial e penal fazendo-o assentar sobre justiça transformativa. Tal passa por:

1. Garantir a reabilitação e reintegração das pessoas atualmente encarceradas;
2. Recorrer a medidas de justiça transformativa como instrumento de responsabilização para reconciliar os infratores com as suas vítimas e anular ou compensar os danos causados, sempre que possível;
3. Colocar o financiamento atualmente alocado a prisões em programas sociais transformativos que permitam uma regeneração da sociedade, com soluções públicas para problemas públicos.

3.7.

RESPONSABILIZAR AS EMPRESAS DAS INDÚSTRIAS POLUENTES, OS CEOS, OS ACIONISTAS E OS POLÍTICOS PELA CRISE CLIMÁTICA

As empresas, os CEOs e os acionistas das indústrias poluentes sabem, há décadas, que os seus negócios estão a destruir as condições físicas e químicas do planeta. Os governos sabiam que as suas políticas públicas iam resultar no colapso da civilização.

A guerra climática que eles declararam contra as pessoas e o planeta não é algo que só vá acontecer no futuro.

A destruição já está a acontecer através das cheias, das ondas de calor, dos incêndios, das secas e das tempestades. Para além disso, o planeta continua a aquecer, devido às emissões de GEE mais recentes, cujos efeitos só vão ser realmente visíveis nas próximas décadas.



Tendo em conta que as empresas sabem da crise climática desde os anos 70, e que o consenso científico sobre a mesma foi estabelecido nos anos 90, temos de analisar como foram utilizados os poderes económicos e políticos desde essa altura: por quem, para quê, com que efeito?

Parar as suas armas de destruição em massa não será suficiente. Os culpados devem ser responsabilizados pelos danos causados pelas suas decisões passadas.

Esta responsabilização inclui:

- **Rejeição de qualquer tipo de compensações aos acionistas, aos conselhos administrativos, aos CEOs e aos empresários privados;**
- **Cobrar aos acionistas e aos CEOs das empresas fósseis os impactos da crise climática como as secas, as tempestades, as inundações e os incêndios;**
- **Responsabilização das empresas de celulose, The Navigator Company, Altri Florestal e membros majoritários da BIOND, pelos danos causados pelos incêndios e custos a elas associados nas últimas décadas, nomeadamente relacionados com reparações sociais e florestais necessárias;**
- **Investigação das instituições financeiras envolvidas na gestão e fornecimento de investimento para os projetos destrutivos;**
- **Investigação do portfólio dos acionistas das empresas ligadas aos negócios destrutivos para encontrar as ligações comerciais que revelam cumplicidade;**
- **Aprovação de uma Lei de Ecocídio que legisla o tratamento destas situações no futuro.**

3.8.

RECONHECER E PAGAR A DÍVIDA HISTÓRICA AO SUL GLOBAL

Dizemos que os governos e as empresas declararam guerra contra as pessoas e o planeta. E isso é completamente verdade.

Antes de atingir os tamanhos planetários, esta destruição total já havia sido feita pelos países do Norte Global nos países do Sul Global. Para além disto, os mesmos povos estão agora na linha de frente do colapso climático.

Construir a paz implica reparar os danos, restaurar a confiança entre os povos e transformar as nossas relações, tendo por base a solidariedade e o cuidado.

Para tal, é necessário:

- **Pagar a dívida histórica e ecológica aos países do Sul Global**, não sob a forma de mais empréstimos, mas de subvenções sem juros, e sem colocar em causa a sua soberania;
- Estabelecer mudanças estruturais na nossa sociedade para **reparar séculos de racismo estrutural, colonialismo e imperialismo**;

- Introdução de **reparações para comunidades, povos e ecossistemas afetados pelo colonialismo, globalização e exploração**, reconhecendo que existem dívidas históricas e ecológicas que devem ser pagas ao Sul Global, e que o que causou tais dívidas deve ser travado;
- **Solidariedade e apoio aos povos e comunidades nas linhas da frente da luta contra a crise climática** e contra as empresas e os governos responsáveis pelas perdas e danos nestas comunidades;
- **Defender a soberania alimentar** como direito dos povos de definir a sua política agrícola e alimentar, sem qualquer "dumping" em relação a terceiros países;
- **Recuperar o conhecimento das comunidades indígenas**, promovendo os efeitos benéficos da atividade humana pragmática sobre os ciclos de vida e os ecossistemas.



3.9.

DIREITOS E LIBERDADE DE MOVIMENTO PARA AS PESSOAS, NÃO PARA O CAPITAL

Para tal é necessário:

- Abrir fronteiras e estabelecer processos simples e transparentes para acolher migrantes;
 - Criação de rotas seguras, com meios dignos de viagem e proteção humanitária para todas as pessoas migrantes.
- Acesso imediato a todas as pessoas migrantes aos direitos básicos (serviços básicos, direito à associação, direito ao trabalho, etc.) e de participação e decisão na comunidade, bem como no espaço de trabalho. Acesso aos restantes direitos da cidadania ao fim da residência por um período de 2 anos.



3.10.

REGENERAR OS ECOSSISTEMAS

Há diversas medidas que é necessário tomar, como por exemplo:

→ **Conversão de áreas de eucalipto e pinhal abandonado em florestas e bosques com diversas espécies autóctones, em regime de policultura.**

Em Portugal, implementar uma floresta nativa e resiliente passa por **regenerar 700 mil hectares de área de eucalipto** - que correspondem fundamentalmente ao que tem sido abandonado - **e transformar essas áreas em floresta e bosque resiliente** que aguarde o futuro mais quente e mais seco que a crise climática produziu. Para tal, essas áreas serão convertidas em **florestas com diversas espécies autóctones, como carvalhos, castanheiros, cerejeiras e sobreiros**.

Para além disso, é preciso reduzir o abandono das terras e garantir rendimento aos produtores. É de notar que o eucalipto seria utilizado, entre outras opções, para ser integrado no solo, na produção de madeira, e como apoio temporário na transição energética, sendo enviado para as centrais atuais de biomassa municipais.

→ Regeneração de solos agropecuários para garantir a sua saúde, resiliência e capacidade produtiva. Isto passa, entre outras coisas, por adotar práticas de agricultura regenerativa, agrofloresta, permacultura, e práticas de regeneração de solos e ecossistemas.

→ **Recuperação dos ecossistemas marinhos** colapsados ou sobre-pescados e restabelecimento de habitats sensíveis (como, por exemplo, recifes de coral). Para tal, contribuir para a criação de uma rede global de áreas marinhas protegidas que proteja efetivamente pelo menos 30% dos mares e zonas costeiras a nível mundial.

→ Os rios portugueses, desde a nascente até à foz, devem ser geridos democraticamente permitindo a renaturalização onde esta seja possível e o acesso público. Devem também ser impostos limites de produção em situações onde o stress hídrico/poluição coloquem em risco a biodiversidade da fauna e da flora.

3.11.

REVALORIZAR O BEM COMUM – ARTE, DESPORTO E LAZER

A revalorização do bem comum passará por:

- Investimento a grande escala em espaços públicos como **parques, teatros comunitários, centros de lazer e locais de desporto;**
- Desenvolvimento de **programas acessíveis e comunitários à cultura, arte e desporto;**
- **Abolir patentes** para permitir a transferência de tecnologias de baixo carbono que facilitem a mitigação e adaptação global.

3.12.

CIDADANIA ATIVA

Uma sociedade desenhada para explorar e destruir é uma sociedade de alienação, em que as pessoas são roubadas das suas capacidades. Com o tempo, começamos a achar que não somos capazes – de tomar decisões, de planejar as nossas vidas, de procurar o interesse comum em diálogo construtivo.

O outro lado da moeda é que começamos a achar que “os outros” também não são capazes das mesmas coisas – por não serem brancos o suficiente, por serem mulheres, por não terem tido um ensino específico que nós valorizamos, por serem jovens, por serem velhos, por não falarem uma língua específica que nós decidimos que importa, e por mil outras razões arbitrárias, circunstância que nunca se aplica se a outra pessoa for rica o suficiente.

Abordaremos essa questão de várias formas para construirmos uma nova relação de poder entre nós que não *privileged bullies* como Elon Musk ou Donald Trump, não desresponsabilizando quem decide destruir as condições físicas e químicas de um planeta habitável.

Para tal consideramos necessário:

→ **Garantir que temos tempo dedicado à comunidade:** Redução do horário laboral obrigatório para dedicarmos tempo para nos conectarmos com as nossas comunidades, participarmos nas decisões do nosso condomínio, do nosso bairro, da nossa aldeia e da nossa cidade.

→ **Garantir democracia:** eleições legislativas que acontecem duas ou três vezes por década não podem ser o único momento político relevante. Em primeiro lugar, temos de redistribuir o poder político nas nossas sociedades em vez de delegá-lo aos políticos profissionais. Em segundo lugar, a política tem de ser parte integrante das nossas vidas e não algo que fazemos duas ou três vezes por década. Em terceiro lugar, os prazos climáticos para definir, planear e executar os planos de desarmamento climático são incompatíveis com o ritmo arcaico do sistema eleitoral atual. Teremos de encontrar, juntas, diversas formas de implementar a democracia direta. Alguns movimentos sociais e alguns cientistas desenvolveram as Assembleias de Cidadãos como uma das ferramentas de resposta a esta necessidade. Em paralelo, ao nível

municipal, apresenta-se igualmente a necessidade de organizar assembleias de cidadãos para debate, decisão e implementação das políticas locais. As assembleias de cidadãos são assembleias criadas por sorteio que são demograficamente representativas. As assembleias reúnem-se ao longo de múltiplos dias, para estudar um tema, consultar especialistas e o público geral, e depois desenvolver um conjunto de recomendações. O mandato, a responsabilidade e as decisões destas assembleias terão de ser tomados dentro dos limites da ciência climática, atendendo às necessidades coletivas e de justiça global.

→ **Garantir a participação de todas as pessoas:** para além das medidas de justiça de género e racial, tal como o acesso a decisões por parte das pessoas migrantes, é necessário garantir que: as pessoas com deficiências não são excluídas ou tratadas com condescendência; as pessoas idosas não são excluídas, bem como as crianças; o teu percurso académico e profissional não dita o poder que tens sobre as decisões comuns.

→ **Nota sobre a participação de crianças:** Estamos habituados a tratar os direitos das crianças como os direitos dos dependentes dos adultos. Até aos 18 anos, és menor de idade. Depois, de um dia para o outro, já és adulto e, de repente, tens todos os deveres e responsabilidades de um cidadão.



Num contexto de colapso climático, nada pode ser mais injusto do que isso. Se o Estado Português cumprir os seus planos de clima, o orçamento do carbono de Portugal vai acabar durante esta década. Que sentido faz dizermos a alguém com 10 anos que só pode participar nas decisões políticas daqui a 8 anos, quando o que está em causa é exatamente o futuro que vai ser determinado nos próximos 8 anos? A separação binária por uma idade é aleatória e inaceitável (e, na verdade, extremamente recente). E também não funciona: se queremos ter adultos responsáveis, então temos de tratar as pessoas como adultos de uma forma

faseada, dando-lhes poder verdadeiro sobre assuntos que lhes afetam.

Por exemplo, uma criança de 8 anos deve ter voz sobre a sua educação, sobre o seu corpo e sobre a sua vida familiar. Um adolescente de 15 anos muitas vezes tem uma melhor perspetiva sobre o que é bom para o seu bairro do que os seus pais.

Vamos ter de experimentar e descobrir como redistribuir o poder político entre nós. Vai ser desconfortável para os supostos “adultos” que nos trouxeram até aqui. Mas não será tão desconfortável como o será para os jovens de hoje que viverão o colapso climático de um modo bem mais exacerbado.

ESTÁ NAS TUAS MÃOS

A mudança necessária para travar a crise climática – apresentada neste plano – será conquistada e implementada pelas pessoas com as suas próprias mãos.

Para tal é preciso enfrentarmos a realidade: temos muito pouco tempo para mudar tudo antes que tudo mude de uma forma irreparável e demolidora. Dizem que é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo. Se estás a ler isto, é porque tens a possibilidade, o direito e o dever de não aceitar o fim do mundo como certo.

Ninguém nos vem salvar. Não vêm super-heróis. Os políticos parlamentares deixaram claro que se aliam aos super

ricos e à manutenção do sistema que nos está a explorar, a despejar, a sufocar e a matar. Os CEOs das grandes empresas lucraram com a nossa morte e constroem bunkers luxuosos para se protegerem. Eles declararam guerra contra as pessoas e o planeta.

Eu e tu, as pessoas comuns, temos de deixar de consentir com a destruição premeditada e coordenada da vida. No passado, as pessoas unidas conseguiram enfrentar poderes que pareciam intocáveis e mudar o rumo da História. Hoje somos nós que o temos de o fazer.

Junta-te à resistência climática!





